



DIÁRIO

ANO XLII — N° 36

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEXTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 37^a SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1. — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Órgãos da administração pública federal fora de Brasília.

DEPUTADA IRMA PASSONI — A precariedade das estradas brasileiras.

DEPUTADO ADYLSON MOTTA — Ferrovia Norte-Sul.

DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA — TELPE — Telecomunicações de Pernambuco S/A.

SENADOR MAURO BENEVIDES — A renegociação da dívida externa.

DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES — A greve nacional dos servidores da Previdência Nacional.

DEPUTADOS DOMINGOS LEONELLI E OLÍMPIO DUTRA — Privatização da Caraíba Metáis.

DEPUTADO VÍTOR BUAIZ — Greve nacional dos servidores da Previdência Social.

DEPUTADO OSVALDO BENDER — Empréstimos feitos na época do Plano Cruzado e com reajustes nos índices de hoje.

DEPUTADO HAROLD LIMA — Desapropriação de posto de gasolina em Salvador.

DEPUTADO EDMILSON VALENTIM — Privatização da Caraíba Metáis.

DEPUTADO ANTÔNIO CÂMARA — O preço do açúcar.

DEPUTADO MELLO REIS — Mostra portuguesa retratando a vida de D. Pedro I.

DEPUTADO ADYLSON MOTTA, pela ordem — o não envio ao Congresso Nacional para a apreciação do Decreto-Lei nº 2.335, de 12-6-87.

OSR. PRESIDENTE — Resposta a questão de ordem do Sr. Adylson Motta.

DEPUTADO HAROLD LIMA, como Líder — O caráter livre da Assembléia Nacional Constituinte.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Despejo de 50 famílias em Brasília.

OSR. PRESIDENTE — Resposta ao orador Sr. Brandão Monteiro

1.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Deputado Mendonça de Moraes e acolhida pela Presidência, solicitando o encerramento da sessão por falta de **quorum**.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, dia 21, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÃO

Ata da 32^a sessão conjunta, realizada em 4-9-87

3 — COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Instruções a serem observadas no processamento de seus trabalhos administrativos e técnicos, relativos à tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1988 (República).

4 — ATA DE COMISSÃO

SUMÁRIO DA ATA DA 31^a SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 1°-9-87

Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN de 2-9-87, página nº 468, 3^a coluna, no item

1.3 — ORDEM DO DIA

Onde se lê:

Mensagem Presidencial nº 151, de 1987-CN (nº 286/87, na origem),...

Leia-se:

Mensagem Presidencial nº 151, de 1987-CN (nº 286/87, na origem),...

Ata da 37^a Sessão Conjunta, em 17 de setembro de 1987

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 48^a Legislatura

Presidência do Sr. Francisco Rollemberg

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Leopoldo Peres — Carlos De' Carli — Áureo Mello — Odacir Soares — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão

— João Lobo — Chagas Rodrigues — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Marco Maciel — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Teotônio Vilela Filho — Francísmo Rollemberg — Luiz Viana — Julahy Magalhães —

Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiava — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2 200 exemplares.

Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Mendes
Canale — Rachid Saldanha Derzi — Leite Chaves
— José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wederkin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol —
José Fogaca.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Francisco Diógenes — PDS; José Melo — PMDB; Narciso Mendes — PDS; Osmir Lima — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB.

Amazonas

Bernardo Cabral — PMDB; Eunice Michiles — PFL; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PDT; Sadie Hauache — PFL

Rondônia

Assis Canuto — PFL; Expedito Júnior — PMDB; Francisco Sales — PMDB; José Guedes — PMDB; José Viana — PMDB; Raquel Cândido — PFL; Rila Furtado — PFL

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Amílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Eitel Rodrigues — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Paulo Roberto — PMDB.

Maranhão

Antônio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Davi Alves Silva — PDS; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Francisco Coelho — PFL; Haroldo Sabóia — PMDB; Joaquim Hayckel — PMDB; José Carlos Sabóia — PMDB; José Teixeira — PFL; Onofre Corrêa — PMDB; Sarney Filho — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Plaui

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Myrian Portella — PDS; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Benevides — PMDB; César Cals Neto — PDS; Ezevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luiz Marques — PFL; Manuel Viana — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Moema São Thiago — PDT; Moysés Pimentel — PMDB; Otávio Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Flávio Rocha — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PMDB; Vingt Rosado — PMDB; Wilma Maia — PDS

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; João Agripino — PMDB; João da Mata — PFL; José Maranhão — PMDB; Lucia Braga — PFL

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Patriota — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Luiz Freire — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Paulo Marques — PFL

Roberto Freire — PCB; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Antônio Ferreira — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; Geraldo Bulhões — PMDB; José Costa — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Roberto Torres — PTB; Vinícius Cansanção — PFL.

Sergipe

Acival Gomes — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Bosco França — PMDB; Cleonâncio Fonseca — PFL; Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollenberg — PFL; José Queiroz — PFL; Messias Góis — PFL

Bahia

Abigail Feitosa — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Carlos Sant'Ana — PMDB; Celso Dourado — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Joaci Góes — PMDB; João Alves — PFL; Jonival Lucas — PFL; Jorge Hage — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Luís Eduardo — PFL; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PFL; Virgílio de Senna — PMDB; Waldec Ornelas — PFL

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Lezio Sathler — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PMDB; Stélio Dias — PFL; Vasco Alves — PMDB; Vitor Buaiz — PT.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PMDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto Cá — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edmilson Valentin — PC do B; Fábio Raunheitti — PTB; Ferez Nader — PDT; Francisco Dornelles — PFL; José Luiz de Sá — PL; José Maurício — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Nelson Sabará — PFL; Osmar Leitão — PFL; Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PMDB; Roberto Augusto — PTB; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Cesar Coelho — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Simão Sessim — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

Minas Gerais

Aloísio Vasconcelos — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Mosconi — PMDB; Célio de Castro — PMDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Dáton Canabrava — PMDB; Gil César — PMDB; Hélio Costa — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Paulo — PT; José Elias Murad — PTB; José Geraldo — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Santana de Vasconcelos — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Lael Varella — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Pádua — PMDB; Mauro Campos — PMDB; Mello Reis — PDS; Milton Reis — PMDB; Octávio Elísio — PMDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada — PMDB; Paulo Delgado — PT; Pimenta da Veiga — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Sílvio Abreu — PMDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Ziza Valadares — PMDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PDT; Afif Domingos — PL; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Antônio Perosa — PMDB; Antônio Salim Curiati — PDS; Arnaldo Faria de Sá — PTB; Arnold Fioravante — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delmínia Netto — PDS; Dirce Tulu Quadros — PTB; Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Franciso Amaral — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gumerindo Milhomem — PT; Irma Passoni — PT; Jayme Paliarin — PTB; João Herrmann Neto — PMDB; João Rezek — PMDB; Joaquim Beviláqua — PTB; José Carlos Grecco — PMDB; José Egreja — PTB; José Genoino — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PMDB; Koyu Iha — PMDB; Luis Gushiken — PT; Luis Inácio Lula da Silva — PT;

Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Michel Temer — PMDB; Nelson Seixas — PDT; Paulo Zarur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Marinho — PMDB; Sôlon Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antônio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Jairzinho Fontoura — PFL; José Freire — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Nion Albemarle — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Pedro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC; Siqueira Campos — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Cameiro — PMDB; Geraldo Campos — PMDB; Jofran Frejat — PFL; Marcia Kubitschek — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PFL; Sigmaringa Seixas — PMDB; Valmir Campelo — PFL

Mato Grosso

Joaquim Sucena — PMDB; Jonas Pinheiro — PFL; Júlio Campos — PFL; Osvaldo Sobrinho — PMDB; Percival Muniz — PMDB; Rodrigues Palma — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS.

Mato Grosso do Sul

Gandi Jamil — PFL; José Elias — PTB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiróz — PFL; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Ueno — PFL; Basílio Villani — PMDB; Borges da Silveira — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Neilton Friedrich — PMDB; Nilson Squarezi — PMDB; Osvaldo Macêdo — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Sérgio Spada — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Arendir Werner — PDS; Cláudio Ávila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Küster — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Brito — PMDB; Amaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinali — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT;

Hermes Zaneti — PMDB; Hilário Braun — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDT; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Olívio Dutra — PT; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Telmo Kist — PDS; Vicente Bogo — PMDB; Víctor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcelos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PFL

Roraima

Chagas Duarte — PFL; Marluce Pinto — PTB; Mozano Cavalcanti — PFL; Ottomar Pinto — PTB.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 265 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP)

Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Brasília completou vinte e sete anos de fundação, mas ainda se encontram vários órgãos da administração pública federal localizados no Rio de Janeiro, principalmente como decorrência da falta de imóveis para abrigar o pessoal no caso de transferência dessas unidades administrativas.

É sabido que quando se trata de autarquizar, ficando afastadas do centro de coordenação, tendem a desintegrar-se do sistema, além do que o distanciamento da sede decisória obriga a deslocamentos com custos diretos e indiretos, como passagens, hospedagens e diárias.

Dante disso, o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, avaliadas as condições de efetiva integração, modernização gerencial e melhoria dos serviços, resolveu transferir o Simpás do Rio de Janeiro para Brasília.

Mas o Ministério da Previdência não dispõe de imóveis suficientes para acomodar os quadros de direção e assessoramento, o que o levou a promover cinqüenta e três ações de desocupação e reintegração de posse, desenrolando-se lentamente o processo judicial, enquanto 1.500 servidores aguardam, há tempo, que lhe sejam destinadas moradias funcionais, até agora enregues a pouco mais de quatrocentos.

Enquanto isso, o Iapar administra quase 17 mil imóveis, dos quais 3.430 vagos e 1.590 invadidos, 256 cedidos a órgãos públicos. Os alugados estão rendendo Cr\$ 1.735,00 por imóvel, financiados mais de oito mil, com apenas 1.322 destinados a uso próprio.

Os 17 mil imóveis valem setenta bilhões de cruzados, muitos deles sujeitos a invasões e favelamentos, sem contar 472 terrenos loteados invadidos.

Diante disso, o Ministério da Previdência, pela portaria de 10 de outubro de 1986, estabeleceu o Plano Trienal de Desmobilização de Imóveis, para converter o dinheiro também em patrimônio, destinado à instalação de serviços previdenciários e a servir de residências funcionais.

Embora dispensada a licitação, a seleção dos imóveis adquiridos obedeceu a critérios estabelecidos por uma comissão especial, vista a conveniência de sua localização no Plano Piloto, encontrando-se três empresas com unidades residenciais concentradas e à venda ou a concluir: a Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda., a ENCOL S/A e a SERSAN Ltda. Realizada a avaliação pela AGB, homologado o laudo avaliatório pelo Departamento de Engenharia do IAPAS, obtida uma redução de trinta por cento do preço abaixo do mercado dos imóveis. Esse abatimento, decorrente do vulto da transação, com o próprio construtor, está devidamente comprovado em copiosa documentação exibida pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães.

Adquiriram-se trezentos e vinte e oito apartamentos de dois, três e quatro quartos, por um bilhão, trinta milhões e 295 mil cruzados, com preço base unitário entre 500 mil e três milhões de cruzados.

A transferência da exposição feita pelo Ministro da Previdência na Câmara e no Senado silenciou a intriga e o escândalo armado a propósito daquela medida, mas há, ainda, um vasto plano de desmobilização do imenso patrimônio, praticamente supérfluo, que a Previdência imobilizou durante décadas, para a conversão em imóveis destinados à instalação do INPS, INAMPS e IAPAS nos diversos postos, agências e delegacias no País.

A avaliação total dos trinta e dois imóveis urbanos a serem objeto de licitação é de 1.428.934.2509 OTN, em julho de 1987.

Ao resumir as contas apresentadas pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, dileto amigo e correligionário exemplar, queremos hipotecar-lhe nossa irrestrita solidariedade, fazendo justiça ao seu largo descontino administrativo e inatacável probidade.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assomo hoje à tribuna porque, lendo algumas declarações, verifiquei que funcionário do Ministério dos Transportes colocam que na problemática do número de acidentes nas estradas no Brasil, que hoje possui o maior índice do mundo — lamentavelmente somos um dos países campeões nesse campo, — existe, como única causa, a falha humana.

É inacreditável que o Ministério dos Transportes coloque a questão dessa forma, sabendo que há muito não investe em transportes, vias públicas e estradas, enquanto veicula uma propaganda cárissima para dizer que já asfaltou 3 mil quilômetros, não percebendo que não faz qualquer conservação em nenhuma grande estrada deste País. Cito o exemplo da BR-116, que liga São Paulo a Curitiba. A população da região de Registro fez uma manifestação pública maciça, no último dia

25, para protestar contra posição que o Ministério dos Transportes assume ao ignorar a necessidade de obras a serem realizadas na localidade. Conheço centenas de pessoas que ali já perderam membros de sua família, e não há dia em que não aconteçam acidentes fatais naquele trecho da estrada. Cada um de nós representa um Estado e poderia descrever a calamidade das estradas brasileiras na sua região. A única explicação que tenho é que o titular e os altos funcionários daquele Ministério não andam de carro, só de avião. Assim, é claro que não experimentam o que é viajar 24 ou 48 horas numa de nossas estradas. Refiro-me principalmente aos caminhoneiros que transportam a carga brasileira em estradas com todos os defeitos possíveis e imagináveis: são problemas de estrutura, de engenharia mal feita. De problemas de sinalização nem se fala, pois a única placa que existe é aquela que diz ao motorista para que entre em desvios, pois a estrada à frente tem buracos. Quer dizer, coloca-se uma placa dizendo que a estrada tem defeito, mas não se providencia o conserto do mesmo. É lamentável a situação das estradas brasileiras, e o número de acidentes com vítimas fatais é muito grande, como já salientei antes.

Quero retomar a questão urbana, que é terrível. Sabemos que o adensamento urbano é gradativo e violento, e, lamentavelmente, não temos vias públicas que acompanhem esse desenvolvimento. As grandes vias expressas, como as marginais de São Paulo, por exemplo, ainda comportam esse fluxo, mas em outras, de mão dupla, morrem centenas e centenas de pessoas por ano. Podemos dizer que uma das causas disso é a falha humana, como o abuso da bebida alcoólica, mas o Ministério dos Transportes não pode lavar as mãos e dizer que não há, também, defeitos técnicos, deixando, em consequência, de tomar medidas efetivas, visando à sinalização, à fiscalização e, principalmente, ao recuperação das pistas e à construção de acostamentos. Não sei quem adotou neste País a técnica de fazer com que nas pontes as pistas devam ser asfaltadas.

Assim, a responsabilidade pela perda de milhares de vidas humanas nessas estradas é do Ministério dos Transportes. Se ele alega que a única causa dos acidentes é apenas falha humana, é porque não assume a sua tarefa, como também o DNER e os departamentos estaduais e municipais de Trânsito não assumem a responsabilidade que lhes cabe. Além de serem incompetentes para planejar, também o são para requerer recursos a fim de corrigir os defeitos existentes nas pistas.

Este é o meu protesto. Antes, o ex-Ministro Cloraldino Severo não tomava medida alguma contra essa situação, e, agora, os altos funcionários do Ministério dos Transportes, inclusive o ex-Ministro, e o próprio Ministério como um todo estão contribuindo para aumentar essa desorganização e para que centenas e centenas de vidas humanas sejam destruídas. As consequências em danos e prejuízos materiais também são imensas. É só fazer o levantamento dos acidentes ocorridos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, era este o registro que desejava fazer. Peço desculpas por haver-me alongado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já que se falou, há pouco, em estradas, creio ser oportuno que se toque num assunto, até como ilustração, que me foi trazido por um anônimo, traduzido de uma revista estrangeira. Trata-se de Burkina Faso, antiga República do Alto Volta, país insular na ex-África ocidental francesa, ao sul do deserto do Saara. Sua capital é Ouagadougou. Faz fronteira com Mali, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin e Níger.

País muito pobre, com 7 milhões de habitantes, exporta algodão, açúcar, amendoim e um pouco de carne.

Seu Presidente, o jovem Capitão do Exército Thomas Sankara, está lutando arduamente para a construção de uma estrada de ferro ligando a capital até a província de Tambao, no país dos Tuareques (cerca de 350 quilômetros) onde se localiza uma das maiores províncias minerais do mundo, riquíssima em manganês, ouro, níquel, vanádio, titânio, zinco, fosfatos, etc.

Como Burkina Faso não tem indústria pesada, o que não é o caso do Brasil, terá que importar os trilhos, dormentes, técnicos, operários e até cimento. Isso vai encarecer o custo da obra. O Engº François Ouedraogo, diretor-geral do projeto, tem calculado o custo de US\$ 326.000 por quilômetro! No Brasil, a Valec calculou, "em cima do joelho", um custo de US\$ 2 milhões por quilômetro para a Ferrovia Norte-Sul! Sete vezes mais caro do que o projeto africano! Que fará, que esbórnia, que bacanal romano com o dinheiro público! Por que não chamam os africanos de Burkina Faso?

Burkina Faso, no idioma Moré, significa "país dos homens honestos".

Faço este registro, Sr. Presidente, que até tem algo de hilariante, mas que vale a pena ilustrativo, porque serve como comparação: um país com a potencialidade do Brasil, com os recursos técnicos de que dispõe, com a sua indústria pesada, vai construir uma estrada de ferro orçada em dois milhões de dólares por quilômetro, um modesto país lá da África, ao lado do deserto do Saara, que nada praticamente produz, que terá de importar desde o material de construção até os operários para a realização desta obra, está construindo uma estrada de ferro, à semelhança do que se pretende aqui, por sete vezes menos que o valor estimado no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma informação muito importante, que serve para reflexão, já que esse tema da Ferrovia Norte-Sul deverá voltar em breve ao debate, dentro da obstinação do Sr. Presidente em deixar seu nome consagrado como o homem que fez a Ferrovia Norte-Sul. Então, é bom que os Srs. Constituintes atentem para outros países que enfrentam obras semelhantes, só que com um pouco mais de seriedade, parcimônia e até mesmo honestidade.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente,

Srs e Srs Congressistas, a Telpe — Telecomunicações de Pernambuco S/A, acaba de instaurar um clima de terror semelhante ao vivenciado no País durante os negros dias da repressão dos governos militares, de triste memória.

Em plena vigência do regime democrático e, por incrível que pareça, sob o governo de Miguel Arraes de Alencar, acontecem no meu Estado atos administrativos de conotação política muito próxima daquilo que o povo sepultou com o voto livre nas últimas eleições.

A repressão exercida pela direção da Telpe, cujo presidente vem dos governos passados, Sr. Lauro Montarroyos, merece o mais veemente protesto de todos os que comungam das idéias democráticas apregoadas durante a campanha passada.

Saudoso dos tempos da ditadura, aquele dirigente, que foi diretor técnico da empresa durante o Governo de Roberto Magalhães, não pousou duas vezes para adotar medidas repressoras contra os funcionários que aderiram ao movimento grevista do último dia 20 de agosto.

Nutrido antipatia gratuita pela nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, o Sr. Montarroyos instalou um sistema de descabidas pressões sobre seus gerentes para que proibam seus funcionários de participar de reuniões, concentrações e assembleias que vinhão a ser patrocinadas pelo órgão de classe que os congrega. Parece que o dirigente da Telpe não quer mesmo respeitar os mais comezinhas princípios do direito básico de cada cidadão brasileiro estabelecido na Constituição em vigor. E o pior, Srs e Srs. Congressistas, é que o presidente da Telpe quer fazer voltar os tempos do "dedo duro", exigindo a delação como forma de arrestandamento do pessoal, transformando a Divisão de Segurança Industrial num mini DOI-CODI.

Tudo isso está acontecendo em um Estado em que o povo deu uma das mais contundentes rasteiras no regime fascista, elegendo Arraes como esperança de que a liberdade e a democracia estavam de volta.

Não aceito, não acredito e nem admito que o Governador Miguel Arraes esteja sabendo do que se passa na Telpe. Não creio, também, que esta seja a orientação do Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, pois a Nova República não pode conviver com fascistas que não se ajustaram aos novos tempos bafejados pelos ventos da democracia.

Associo-me, nesta oportunidade, àqueles que sofreram punições, como engenheiros, economistas e técnicos que perderam seus cargos, vítimas da intolerância, da prepotência e da inadaptação desse dirigente infeliz que está à frente da Telpe.

Por fim, Sr. Presidente, espero do Governador Miguel Arraes um posicionamento que corresponda ao que foi apregoado durante sua campanha.

Convencido estou de que o Governo de Pernambuco, majoritário no controle acionário da Telpe, exercerá sua autoridade fazendo valer os propósitos democráticos que orientam suas ações, afastando, de comum acordo com o Ministério das Comunicações, o arbitrário e intolerante presidente da Telpe — Telecomunicações de Pernambuco S/A, para que não haja no Estado ne-

nhum resquício do rancor doentio que infestava os governos do passado.

Solicito, outrossim, que seja transcrita o telex anexo, que recebi de sindicalistas pernambucanos, os quais, revoltados com as medidas inconsequentes do dirigente daquela estatal, protestam e exigem medidas que ponham fim aos atos discriminatórios que ainda envergonham Pernambuco.

TELEX A QUE SE REFERE O ORADOR:

Exmº Sr.
Deputado Federal Gonzaga Patriota
Câmara dos Deputados
Brasília-DF
Em 2-9-87

Repudiamos os atos de repressão exercidos pela direção da Telpe, comandados pelo Sr. Lauro de Lyra Montarroyos, presidente da empresa, contra os seus funcionários que, por livre e espontânea vontade, aderiram ao movimento grevista, no último dia 20. Repudiamos também a postura assumida pela direção da empresa, quando desde a posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, vem instalando um clima de ameaças entre aqueles que participam das mobilizações promovidas por essa entidade. A Telpe fez circular, no último dia 17, um documento aos seus gerentes, para divulgação entre seus subordinados, tirando-lhes o direito básico de qualquer cidadão brasileiro: participar de reuniões, concentrações e assembleias promovidas pelo seu sindicato, transformando-os em verdadeiros cães-de-guarda da empresa. Sob pena de perderem seus cargos, teriam também que denunciar os companheiros de trabalho que participassem das mobilizações sindicais à divisão de segurança empresarial. Mas, a Diretoria da Telpe acha isso muito pouco e vai mais além. Vários companheiros, dentre os quais engenheiros e economistas, pessoas de comprovada competência que exercem funções de gerentes, estão sendo punidos com a destituição de seus cargos, por terem participado da greve. Atos dessa natureza fazem-nos lembrar os tempos em que a falta de liberdade, a coação e a repressão faziam parte do dia-a-dia do nosso País. Os tempos mudaram, mas é preciso mudar também dirigentes que, por trás de qualquer movimento dos trabalhadores, sentem a desestabilização das suas gerências e, só através de atos de repressão, conseguem manter suas autoridades.

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco — Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco — Sindicato dos Eletricários de Pernambuco — Sindicato dos Arquitetos de Pernambuco — Sindicato dos Economistas de Pernambuco — Associação dos Engenheiros Eletricistas de Pernambuco — Instituto dos Arquitetos do Brasil — PE.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE). — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao ocupar, na sessão de ontem, a tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, o Deputado Maurílio Ferreira Lima, em no-

me da liderança do PMDB, expressou a sua confiança nas gestões que vêm sendo empreendidas pelo Ministro Bresser Pereira, com vistas à renegociação da dívida externa do País.

Antes, na segunda-feira, coube ao próprio Líder Luiz Henrique, falando por sua bancada, manifestar apoio à missão do Ministro da Fazenda, reconhecendo ser indispensável a sua reiteração pela classe política brasileira, a fim de que, no exterior, a autoridade do nosso Governo fosse reforçada pelo endosso de importantes segmentos de nossa sociedade.

Ressalte-se que, no último sábado, reunidos em convenção, os peemedebistas de São Paulo, dirigidos pelo Deputado Airton Sandoval, aprovaram significativa moção de solidariedade ao Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, reafirmando, assim, o posicionamento assumido por S. Exº na defesa dos nossos interesses diante dos credores internacionais.

Por sua importância e oportunidade, entendi de transcrever a aludida moção, vazada nos seguintes termos:

"Moção de Apoio ao Ministro Bresser Pereira na Renegociação da Dívida Externa".

"Faz anos que o Brasil é brutalmente sangrado pelo pagamento de juros de uma dívida externa contraída de forma obscura nos tempos de ditadura.

Todos os esforços para modificar os rumos da economia na direção do programa reformista do PMDB, combatendo a miséria social, promovendo o desenvolvimento e a distribuição da renda foram e são inviabilizados por essa dívida do arbítrio e da corrupção, pela dependência e o imobilismo em que ela coloca a Nação.

O PMDB tem seu maior compromisso com o povo real, os cidadãos e cidadãs brasileiros que em nós depositam a esperança de mudar o Brasil.

Com a moratória sobre parte dos juros da dívida externa, iniciamos um caminho que não pode ter volta, sob pena da crise se agravar e desestabilizar a construção da democracia.

A atual equipe econômica, liderada pelo Ministro Bresser Pereira, tem feito um esforço imenso para renegociar a dívida de maneira a podermos realizar uma política econômica de crescimento, emprego e salários dignos.

Já sabemos que não podemos tratar a dívida externa como antes, cevando credores duvidosos à custa da desestruturação da economia nacional e da fome de milhões de brasileiros.

Falta alargar e sedimentar o caminho para que a Nação conquiste sua emancipação e afirme sua soberania frente ao sistema financeiro internacional. No entanto, dentro do País, setores empresariais e também da imprensa, aliados ao oportunismo político, se comprazem em bombardear todas iniciativas para renegociar a dívida, fora dos termos que os banqueiros estão acostumados a nos impor. Pregam o bom mocismo e a ortodoxia da subserviência, da renúncia e soberania a favor da dependência e das boas graças dos que usufruem os 50 bilhões de dólares de juros pagos por nós nos últimos 4 anos.

O PMDB de São Paulo, no momento da realização do seu 1º Congresso Estadual, manifesta todo apoio ao Ministro Bresser Pereira na renegociação soberana da dívida externa, de acordo com os interesses nacionais, tal como estão expressos no programa do partido e que, reafirmamos com decisão, mudarão o Brasil e consolidará a democracia."

São Paulo, 12 de setembro de 1987. — **Ailton Sandoval — José Maria Monteiro — José Aníbal Peres de Pontes — Avanir Duran Galhardo.**

Sr. Presidente, o PMDB não poderia faltar ao seu ilustre militante, Prof. Bresser Pereira, com a colaboração ostensiva, no momento em que renegocia a elevada dívida externa do País.

Agora que se vai iniciar nova fase de conversações, é imprescindível que o titular das finanças se apresente no cenário mundial revestido de uma maior autoridade, em condições, portanto, de conduzir as articulações de moide a que se resguardem os nossos legítimos interesses.

A competência do Ministro nunca foi questionada, nem a sua criatividade para propor fórmulas que garantam a soberania e o desenvolvimento nacionais.

Espera-se, assim, que o seu trabalho tenha êxito, dentro de padrões que se compatibilizem com os pontos de vista sempre defendidos pelo PMDB, nos congressos e convenções, levados a efeito ao longo da sua marcante trajetória na vida política brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolleberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inscrevi-me para falar no período de Breves Comunicações para, desta tribuna, trazer a solidariedade do nosso Partido aos servidores da Previdência Social, pela greve que estão realizando. Os servidores do Sintpas fazem uma greve nacional, já vitoriosa, pela adesão e pelo fortalecimento da categoria, que é acima de tudo justa, já que suas reivindicações salariais vêm sendo postergadas pelo Governo, que parece querer transformar aqueles servidores em usuários de uma entidade de previdência, em face dos seus baixos salários.

O companheiro Vitor Buaiz inscreveu-se pelo PT para explicar mais em detalhes o significado dessa greve, e preferi gastar os últimos minutos do meu tempo para complementar o discurso aqui proferido pela companheira Irma Passoni com respeito aos acidentes ocorridos nas estradas brasileiras, apontando a incompetência do DNER em relação às rodovias, à sinalização e à fiscalização do trânsito.

Sou de Belo Horizonte, uma região que vive gravemente esse problema. Estive na semana passada visitando uma família que em um único acidente perdeu sete pessoas. Diante dessa família, comprometi-me a trazer para a Assembléia Nacional Constituinte a discussão sobre o assunto, a fim de encontrarmos uma solução para esse grave problema. Houve acidentes onde morreram mais de cinquenta pessoas.

O Brasil todo se impressiona com um acidente aéreo, enquanto centenas de pessoas falecem em

acidentes rodoviários. Mas o problema não é apenas com as estradas; é também com os veículos. A gana pelo lucro leva as indústrias brasileiras a fabricarem veículos com mais de dois mil itens a menos do que aqueles destinados à exportação.

Se as autoridades governamentais apontam a falha humana como responsável por esses acidentes, pergunto: por que falha humana? Será que alguém que está no volante de um caminhão ou de um ônibus gostaria de sofrer um acidente? Ou será que há profissionais que são submetidos a condições desumanas de trabalho, obrigados a fazer revezamentos completamente absurdos do ponto de vista da resistência? Há motoristas de caminhão que são obrigados — quem sabe? — a utilizar remédios danosos à sua saúde, o que coloca em risco muitas vidas nas estradas, para cumprir jornadas de trabalho absurdas.

Assistimos a acidentes como o que citei, ocorrido na capital mineira, em que morreram mais de cinquenta pessoas, sendo 32 de um único bairro, da região do Barreiro, porque o ônibus que trafegava numa rodovia federal era destinado ao transporte urbano. Ora, o ônibus de transporte urbano não tem a mínima condição de segurança para desenvolver uma velocidade maior, pois seu interior é repleto de ferragens, de divisórias e de bancos que não preservam a segurança. Tais veículos, ao trafegarem em maior velocidade, transformam-se em verdadeiras armas. Várias pessoas que faleceram foram vítimas exatamente de um veículo estruturado para outro tipo de transporte. Isso ocorre porque os empresários não titubeiam em amarrar a vida dos usuários a troco do lucro.

Chamo a atenção para o fato de que, além da incompetência governamental, há um sistema de capitalismo selvagem no Brasil que vigora nas indústrias automobilísticas, criando veículos sem segurança e propiciando más condições de trabalho tendo em vista a superexploração dos motoristas. E isto leva a falhas humanas, resultado da exaustão e da utilização de veículos inadequados. São empresários que visam a auferir maiores lucros, sem que com isso deixem de receber do órgão de transporte coletivo urbano, no caso de Belo Horizonte. Urge que se tomem providências no sentido de que se dê também aos veículos uma função social, condicionando a sua propriedade a essa função social.

Sr. Presidente, não bastam multa e apreensão provisória da carteira; é necessário que sejam arrestados tais veículos. Com tal medida, não acredito que alguém ainda vá andar por aí em estado de embriaguez, com veículos malconservados ou em condições inadequadas para sua utilização. Que se faça o confisco por não cumprir com a função social, na medida em que coloque vidas humanas em risco ou que cause dano ao meio ambiente. Que se confisque de maneira definitiva ou provisória, por período mais longo. Acredito que se vai pensar duas ou três vezes antes de se praticar esse tipo de homicídio, senão doloso, pelo menos, e seguramente culposo, apesar de não ser assim previsto pela legislação brasileira.

Ao lado de solidarizar-me com os funcionários da Previdência Social por estarem em greve, sobre a qual o companheiro Vitor Buaiz desenvolverá mais a posição de nosso partido, quero complementar o discurso da companheira Irma Passoni, que abordou sob novo ângulo a grave questão

das rodovias e dos acidentes de trânsito. Que não se debite mais isso ao azar, à má sorte e, muito menos, à falha humana. A questão mais grave se encontra no Governo e no sistema empresarial superexplorador existente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolleberg) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no dia 15 de setembro, o jornal *Correio da Bahia*, de propriedade do Ministro Antônio Carlos Magalhães, publicou, de maneira comemorativa, dado o destaque que deu à matéria, a entrevista do Presidente da Caraíba Metais que confirma a decisão de privatizar essa empresa. Tudo indica que essa decisão integra o projeto da desnacionalização e desmantelamento de economia nacional, já amplamente divulgado através do decílogo do Sr. Jorge Murad, genro do Sr. Presidente da República, e que já havia sido anunciado pelo próprio Presidente em entrevista a órgãos da imprensa nacional e internacional.

A questão da Caraíba Metais apresenta características muito específicas. Vender a Caraíba Metais não é privatizar apenas uma empresa na área da metalurgia, até porque a primeira providência para essa privatização é separar o filé, que é a unidade de metalurgia da produção de cobre, da mina, que é deficitária e deverá continuar, portanto, com o Estado. A privatização da Caraíba Metais, na verdade, significa a venda de um mercado estratégico nacional, implica devolver aos grandes trustes transformadores do cobre não mais do que dez empresas que constituem apenas cerca de 7% do total das empresas que hoje atendem ao mercado do cobre. Só a essas empresas interessaria comprar a Caraíba Metais. E por mais que o Decreto-Lei nº 9.991 — se não me engano — que dispõe sobre a privatização, estipule que empresas estrangeiras não se podem capacitar para adquirir empresas estatais neste processo de privatização, qualquer pessoa que tenha o mínimo de informação sobre mercado de cobre sabe que não serão as pequenas empresas nacionais, que até o momento em que a Caraíba Metais passou a produzir, evidentemente, viviam e dependiam dessas grandes transformadoras, que importavam o cobre e o revendiam para as pequenas e médias empresas, que serão capazes de adquirir o controle acionário da Caraíba Metais.

Vale registrar, Sr. Presidente, que a justificativa cínica para a decisão de privatizar a Caraíba Metais é o prejuízo que está dando este ano. A empresa, que na Velha República estava em processo de crescente decadência, foi recuperada por um projeto — apresentado por técnicos ligados ao nosso partido — de recuperação financeira e operacional, e no ano passado apresentou um lucro de trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzados, referente a 9% do seu patrimônio líquido. Portanto, um índice de lucro altíssimo, quase comparado ao da indústria petroquímica, sabidamente uma das mais rentáveis. Pois bem, ela obteve esse lucro graças a um acordo íntimo nacional sobre o preço do cobre, que foi cumprido apenas parcialmente. O preço acordado foi de dois mil e quinhentos dólares a tonelada. Com um preço aproximado, a Caraíba Metais recuperou-se graças à

eficiência dos seus trabalhadores e ao empenho dos seus técnicos, obtendo um lucro de 9% sobre o seu patrimônio líquido.

Este ano, com o congelamento do câmbio, fruto do Plano Cruzado 3, 4 ou 10, e com a deliberada posição do Governo em manter o preço do cobre por menos da metade do preço acordado inicialmente, toda a defasagem em relação ao câmbio e às necessidades de importação da Caraíba Metais deu origem a um prejuízo que correspondeu a um superlucro dos transformadores do nosso cobre, que tiveram o preço subsidiado, numa diferença de 556 dólares, em média, por tonelada. Isso possibilitou um lucro extra, uma acumulação, um repasse extra, financiado pelo povo e pelos Estados brasileiros, de cerca de 85 milhões de dólares, que por coincidência é exatamente o que custa o controle acionário — os 51% das ações da Caraíba Metais.

Em suma, assistimos a uma política governamental para pacificar futuros compradores da Caraíba Metais. As grandes empresas, principalmente as multinacionais, por intermédio de seus representantes, poderão adquirir, com o dinheiro brasileiro, o controle desta empresa, que é um patrimônio nacional e que foi recuperada pelos seus técnicos, pelos seus trabalhadores.

Quero deixar aqui esta denúncia, dizendo que não posso deixar de vincular essa questão concreta de recuperação da empresa a um projeto mais amplo de desvinculação, de privatização e desnacionalização da economia nacional, infelizmente promovido pelo próprio Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero — e penso que também a bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores — fazer nossas as palavras do Deputado Domingos Leonelli a respeito da privatização da Caraíba Metais, que está em andamento através da política do Governo.

Esteve nesta Casa a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador, Bahia, que certamente deve ter visitado inúmeros gabinetes de Parlamentares, não só de seu Estado, como também de outras unidades da Federação, lutando para que seja sustado este processo de entrega de uma das empresas que no País produzem cobre, mineral de caráter estratégico, que não pode, de maneira alguma, ser entregue ao grande capital nacional ou multinacional.

Nesta oportunidade queria fazer também outra denúncia. Na semana passada, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, tive contato com a Associação dos Pós-Graduados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da área tecnológica e técnico-científica. Estes futuros profissionais, já desenvolvendo pesquisa na área universitária, estão levantando uma questão muito séria que nos cabe trazer à tribuna desta Casa. Todos somos favoráveis ao controle do déficit público, mas entendo que não se deve diminuir os incentivos ao ensino e à pesquisa, essenciais ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País.

O Ministério da Fazenda anunciou medidas econômicas no dia 27 de agosto passado, visando

à contenção do déficit público, que, na verdade, atingem em cheio a política de incentivos à pesquisa científica e tecnológica, na medida em que objetivam a diminuir o número de bolsas de pós-graduandos nas universidades, diminuindo também o seu valor.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o processo de desenvolvimento de um país está intimamente ligado à capacidade de gerar e aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos. Assim, um projeto de desenvolvimento deve passar necessariamente por uma política científica mais estável. É preciso garantir a continuidade dos programas na área de ciência e tecnologia sem que estes sejam prejudicados por flutuações na política econômica. É conhecido o vínculo existente entre a produção do conhecimento e a formação de mão-de-obra qualificada com a atividade de pós-graduação nas universidades.

Nesse sentido, consideramos prioritária a manutenção das conquistas recentes relativas ao Programa de Pós-Graduação do País, notadamente à expansão do número de bolsas e à vinculação de seus valores ao salário dos professores das universidades públicas. A manutenção do valor das bolsas de estudo em um nível atraente é fator fundamental para trazer aos centros de pesquisa o pessoal mais qualificado, permitindo o desenvolvimento em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento autônomo, científico e tecnológico do nosso País. A parcela de gastos do Governo, representada pelo Programa de Pós-Graduação, é ínfima e se torna menor ainda quando se leva em conta a prioridade que deveria ser dada a este programa.

Desta forma, Sr. Presidente, é necessário que nos empenhemos no sentido de impedir a execução de tais medidas, que contrariam nosso desejo de independência científica e tecnológica, tantas vezes mencionado como uma das metas prioritárias deste Governo.

A Associação dos Pós-Graduandos da Universidade do Rio Grande e sua Associação Nacional têm como objetivo uma política estável de incentivo à pesquisa, que vise a formular uma identidade científica e tecnológica nacional contra o corte de verbas para manutenção de laboratórios e de projetos de pesquisas, pela manutenção do vínculo das bolsas aos salários dos professores universitários, pelo aumento do número de bolsas oferecidas, pelo cumprimento do Plano de Metas para pesquisa e pós-graduação.

Sr. Presidente, ressaltamos novamente que o controle do déficit público, necessário e requerido pelo povo e por nós, não se fará pela diminuição dos incentivos ao ensino e à pesquisa, incentivos essenciais ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vitor Buaiz.

O SR. VITOR BUAIZ (PT — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, no dia de hoje, milhares de servidores da Previdência Social paralisaram suas atividades no Brasil inteiro, reivindicando 100% de reajuste salarial de imediato, 80% de gratificação, doze referências na escala funcional e um plano de carreira digno. Essas reivindicações há muitos anos já

são conhecidas do Sr. Ministro da Previdência Social. Os servidores da Previdência têm feito o seu movimento de forma pacífica e ordeira, e as reivindicações são sempre as mesmas. No entanto, o Sr. Ministro, através da Imprensa, diz que os servidores sequer permitiram um tempo necessário ao diálogo e à negociação. Ora, não há mais como esperar. Os servidores da Previdência Social há muito tempo estão com os seus salários defasados, deteriorados. E isso repercute diretamente no seu nível de vida. Esses servidores são aqueles que atendem aos usuários da Previdência Social, principalmente nos ambulatórios, nos postos de saúde, nos hospitais. Têm grande responsabilidade com a vida humana. No entanto, a Previdência Social, detentora de uma das maiores arrecadações deste País, utiliza seus recursos na compra de apartamentos, sem respeitar o preço de mercado, sem fazer licitação pública. Isto, diante da opinião pública brasileira, serve apenas para deteriorar a imagem da administração pública e da classe política.

Quando o Sr. Ministro da Previdência Social esteve nesta Casa e no Senado Federal, foi questionado sobre a forma de aplicação dos recursos da Previdência Social. No entanto, justificou-se, dizendo que estava baseado em decreto do Presidente Sarney, que não exigia licitação pública para a compra daqueles apartamentos. Sabemos que o dinheiro da Previdência Social não deve ser utilizado para compra de apartamentos, mas aplicado na melhoria das condições de atendimento à população brasileira. Hoje, esta greve se espalha pelo País inteiro. E uma das reivindicações é um plano de carreira que venha fazer justiça aos servidores da Previdência Social. No entanto, esse plano de carreira sequer foi colocado em discussão democrática. Além do mais, os servidores estão protestando contra a forma da implantação do sistema único de saúde, tendo em vista que a Previdência Social vai repassar recursos para os estados e municípios, sem a garantia de que aplicação desses recursos será fiscalizada pela sociedade civil.

Todas essas medidas tomadas pela Previdência Social merecem nosso repúdio, porque a sociedade civil brasileira, que luta hoje pela democratização plena de todas as instâncias de decisão, não está vendo o órgão que tem a maior arrecadação do País colocar esses recursos à disposição da comunidade.

Estamos solidários com os previdenciários brasileiros e exigimos que o Ministro da Previdência Social atenda às reivindicações justas e legítimas dos seus servidores, no sentido de melhorar as condições de atendimento aos usuários e aos segurados da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, venho a esta tribuna, neste momento, a fim de alertar os nobres pares desta Casa para um problema que envolve e penaliza milhares de brasileiros, consequência do famigerado Plano Cruzado, que desestabilizou economicamente o País. Além de conscientizar os colegas, quero fazer um veemente apelo às autoridades

responsáveis, especialmente os da área monetária, a quem encaminhei expediente no sentido de que tomern as devidas providências para resolver o impasse desses angustiados que acreditaram no Plano Cruzado. Acontece, Sr. Presidente, Srs. Congressistas que recebi documentos, os quais anexo a este pronunciamento, de vários devedores da Caixa Econômica Federal que fizeram seus empréstimos no tempo do Plano Cruzado, época em que não havia correção monetária e os juros eram apenas de 10%. Estes que constam nesses documentos, assim como milhares de outros brasileiros, estão hoje na pior situação.

Apenas para que os senhores tenham uma idéia, vou narrar um dos casos relacionados aqui. Este senhor fez um empréstimo no valor de trezentos mil cruzados e recebeu o dinheiro em fins de outubro. O empréstimo era para ser pago em vinte e quatro prestações. A primeira prestação era de dezoito mil cruzados. Em março houve um acréscimo, do dia para a noite, referente à não-incidência da correção durante o Plano Cruzado — e isto há apenas três meses da data em que o empréstimo havia sido feito — da ordem de 70,7%. A partir daí, as prestações cresceram mês a mês como pão-de-ló. Em março a prestação já atingira trinta e cinco mil cruzados. Assim, acrescidas sempre da correção e dos juros, a prestação atingiu, no mês passado, a cifra exorbitante de sessenta e cinco mil e quinhentos cruzados e, para este mês, a previsão é de setenta e cinco mil cruzados. Levando-se em consideração que ainda faltam quinze prestações para serem pagas, concluímos que o cliente que já pagou trezentos mil cruzados, deve ainda mais hum milhão e cem mil cruzados! Portanto, é humanamente impossível a esse cidadão continuar pagando esse empréstimo. Então, perguntaria: quem pode pagar compromissos deste porte? Ninguém assumiria estes compromissos sem ser enganado, ou se o fizesse seria de má-fé, ou seja, pensando em dar um calote na Caixa e nunca mais pagar o empréstimo. Mas aqui não é o caso. Os documentos tratam de pessoas sérias, que querem pagar seus compromissos e foram apanhados de surpresa. A grande injustiça em todos esses acréscimos é a correção monetária dos três meses durante o Plano Cruzado. Imaginem!! Neste curto espaço de tempo, houve um acréscimo de 70,7%! Posteriormente, o cálculo das demais correções sempre incidiram sobre este acréscimo indevido, que representa quase tanto quanto o capital. Como fazer um empréstimo de trezentos mil cruzados e três meses depois estar devendo quinhentos e dez mil cruzados, durante um período que não houve inflação? As autoridades assim o anunciam. Para que estes devedores não percam todos os bens que possuem, é indispensável que a correção indevida, acrescida durante o Plano Cruzado, seja perdoada. Única maneira para viabilizar a sobrevivência econômica destes devedores, caso contrário, a Caixa vai ter que executar a hipoteca, retomando os imóveis adquiridos, o que será mais uma das grandes injustiças feitas pelas autoridades que deveriam sempre merecer todo o crédito referente a seus atos. No entanto, com procedimentos desta natureza, a cada dia que passa, as autoridades perdem mais o respeito e a confiança do nosso povo. Entretanto, ainda em tempo, esta lacuna pode ser amenizada: basta que as autoridades responsáveis façam uma pro-

funda análise sobre a veracidade, a justiça e a te o Plano Cruzado. Tenho certeza de que chegarão à conclusão que é legítima, é uma fraude contra os devedores, que é um confisco de bens de inocentes que acreditaram no Plano Cruzado.

Se tivessem sabido que subiria tanto, que os seus salários não alcançariam mais o pagamento das prestações, essas pessoas não teriam tomado empréstimos de maneira alguma. Portanto, foram enganadas.

Para que as autoridades não percam totalmente a credibilidade perante a opinião pública, hoje já tão desgastada, gostaria que essas pessoas de sã consciência, sérias, honestas não precisassem roubar para pagar os seus empréstimos.

Com esta conclusão, certamente, vão perdoar, extorndo as cobranças indevidas. Com medidas assim, em breve veremos voltar novamente a credibilidade nas autoridades e a tranquilidade das pessoas de bem que querem pagar suas contas com seriedade e trabalho, caso contrário, nem roubando conseguirei pagar a correção de um tempo de inflação zero.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é neste sentido que fazemos esta intervenção. Queremos que o nosso documento seja registrado nos Anais da Casa, a fim de que deie todos possam tomar conhecimento. Sinceramente, acredito que serão tomadas providências nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)

— Concedo a palavra ao nobre Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA)

Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no último dia 10 de setembro, o "Diário Oficial" da Bahia publicou um decreto do Governador Waldir Pires considerando área de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno do Posto de Gasolina Príncipe, situado na Avenida Vasco da Gama, em Salvador. O posto ocupava desrespeitosamente uma área de cultos religiosos do Candomblé da Bahia.

Nesta área, há 150 anos, instalava-se o tradicional terreiro da Casa Branca, que fora expulso da Barroquinha pela repressão policial, porque a Barroquinha era, naquela época, bairro próximo do centro da cidade, local de residência de ricos baianos.

O terreiro da Casa Branca, com seus 303 anos de existência, criado à época do 2º Governo Geral do Brasil, já sofreu todo tipo de repressão, de discriminações as mais odiosas. A força inquebrantável de seu povo e de sua cultura fizeram com que ele resistisse e desse grande contribuição à formação cultural e religiosa do povo baiano.

O decreto ora assinado pelo governador da Bahia foi uma vitória da cultura contra a especulação imobiliária e contra o obscurantismo das classes dominantes brasileiras. Foi também o desfecho vitorioso de 15 anos de luta contra um grande proprietário de imóveis em Salvador.

A instalação do Posto de Gasolina "Príncipe", naquele local, só foi possível devido à insensibilidade das autoridades baianas. À época — 15 anos atrás — o Código de Obras do Município proibia a instalação de postos de gasolina a menos de 100 metros de templos religiosos. Para

as hipócritas autoridades locais a Casa Branca não foi considerada um templo religioso.

Mas a comunidade da Casa Branca não arrependeu sua luta. A resistência prosseguiu. As comissões de apoio foram criadas. Eu mesmo fui convidado a participar do Comitê de Defesa da Casa Branca, juntamente com Capinam, hoje Secretário de Cultura da Bahia, o abade do Mosteiro de São Bento, D. Timóteo Amoroso, Olímpio Serra, Presidente do Conselho Memorial Zumbi, e diversas personalidades destacadas da Bahia. Na ocasião, um grande abaixo-assinado foi subscrito pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil-BA, pela Associação Brasileira de Antropologia, de Museologia, por intelectuais da Universidade Federal da Bahia e por professores e estudiosos da Universidade da Califórnia nos Estados Unidos, exigindo a devolução do terreno ocupado pelo posto, que ameaçava os cultos e rituais religiosos do terreiro. Diversas gestões foram feitas junto a diversas autoridades, inclusive ao Conselho Nacional do Petróleo, para que o posto fosse removido. Tudo de forma infrutífera.

A Prefeitura de Salvador foi procurada diversas vezes para dar uma solução ao problema, inclusive pelo Deputado que ora lhes fala. Mas a Prefeitura mostrava-se lenta e indecisa para tomar a posição urgente que o caso requeria. De sorte que a ação, no caso, mais rápida, do Governo do Estado foi bem recebida e deve ser saudada por toda a Bahia, e especialmente pela comunidade negra. Fica reconhecido, assim, o valor religioso, histórico, a relevância estética e simbólica da Casa Branca. Ficou reconhecida também a originalidade arquitetônica do terreiro, suas características peculiares de ocupação espacial, só encontrando semelhante em Gana, na África.

Cumpre destacar o papel da Sociedade São Jorge do Engenho Velho, que através do Sr. Antônio Agnelo Pereira concentrou resistência histórica e valorosa, apoiada na vontade da comunidade da Casa Branca. Também cabe ressaltar a contribuição do IPAC — Instituto Artístico e Cultural da Bahia, que através do seu Diretor-Executivo, Ordep Serra, elaborou o parecer técnico e muito colaborou para esta vitória.

Parabenizo, finalmente, toda a comunidade negra do terreiro da Casa Branca e da Bahia, que foi quem verdadeiramente conquistou a vitória que ora saudamos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)

— Concedo a palavra ao nobre Deputado Edmilson Valentim.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em meu nome e no da bancada do PC do B, somamo-nos à colocação do Deputado Domingos Leonelli contra a privatização da Caraíbas Melais. É mais um ato deste Governo que demonstra o seu descompromisso com os interesses nacionais e mostra, claramente, seu compromisso com os interesses do grande capital. Com relação ao fato particular da Caraíbas, só querem privatizar a parte mais nobre da metalurgia, que é um setor de ponta fundamental, hoje, na indústria: a metalurgia do cobre. Não querem carregar o ônus da mineração do cobre, que é o trabalho mais árduo, mais difícil, mais

oneroso, e não dá tanto lucro, deixando isso a cargo do Estado. Logicamente, esses são os mesmos que, na Assembléia Nacional Constituinte, defendem uma menor intervenção do Estado na economia, mas, por outro lado, querem — porque estão no governo — colocar para o Estado o ônus do trabalho mais oneroso. Esta é mais uma demonstração, para aqueles que votarão na Assembléia Nacional Constituinte sobre a questão da soberania nacional, do quanto é nocivo aos interesses do povo, das indústrias brasileiras, a ação do capital estrangeiro que, sem dúvida alguma, quando penetra na economia, tem por objetivo maior os altos lucros. Por isso, não têm a preocupação de saber se é importante ou não para a economia, para o desenvolvimento da nossa tecnologia e para os trabalhos do nosso País.

Com esta denúncia, comunicamos também que recebemos telefonemas do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim denunciando que, após um abaixo-assinado elaborado pelos trabalhadores da Fiat Automóveis, com mais de quatro mil assinaturas, simplesmente para exigir o cumprimento da legislação vigente no tocante ao pagamento da insalubridade, essa multinacional, famosa pelo seu arbítrio, convoca cada metalúrgico que assinou o abaixo-assinado, a fim de exigir um dinheiro seu, que já consta na lei, e comunica: "Se não retirar o seu nome do abaixo-assinado coletivo, será demitido".

Temos informações de que foi convocada uma assembléia de trabalhadores para decidir sobre uma paralisação ou não. Fazemos questão de mencionar esse fato para, mais uma vez, demonstrar o arbítrio existente dentro das empresas, principalmente das multinacionais, quando se discute na Assembléia Nacional Constituinte a questão da demissão motivada e a importância de se garantir o direito dos trabalhadores não serem demitidos dessa maneira arbitrária, como está sendo feito pela Fiat Automóveis, e também para demonstrar mais uma vez a postura das multinacionais neste País, desrespeitando as normas trabalhistas mais elementares, por conseguinte, colocando de maneira clara, mais uma vez, os seus interesses em implementar suas indústrias no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaríamos que esses fatos alertassem os Srs. Constituintes no momento do voto, em que se decidirá os rumos da empresa nacional do nosso País, no papel das multinacionais, no papel do Estado na economia, e que os Constituintes se comportassem como brasileiros e não como estrangeiros subordinados ao imperialismo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Câmara.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB — RN) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi, há alguns dias, telex do Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco, Sr. Gustavo Costa de Albuquerque Maranhão, em que reclama dos atuais preços do açúcar e do álcool, situados abaixo dos custos.

Esse telex, aliás, está em consonância com estudo enviado ao Sr. Ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, que demonstra a defasagem entre os preços dos dois produtos em relação aos custos de produção.

Lembra o estudo que entendimentos havidos entre o Ministro da Indústria e do Comércio e o da Fazenda indicaram que os preços seriam alinhados aos custos, a partir de agosto findo, com reajustes a 1º de junho e 1º daquele mês. A política de congelamento de preços, entretanto, impediu concretização.

Tal correção se fazia — e ainda se faz — necessária, porque o reajuste de 85% concedido em maio e de 85% da variação do INPC, concedido, em junho, ficaram abaixo da realidade.

No caso do Nordeste, os preços atuais são de Cz\$ 464,76 para a tonelada da cana-de-açúcar e de Cz\$ 410,02 para o saco de açúcar. Isso representa uma defasagem da ordem de 70,1% quanto ao açúcar e de 68,1% quanto à cana-de-açúcar, já que seus preços deveriam ser, para os produtores de, respectivamente, Cz\$ 683,83 e Cz\$ 781,12.

Essa diferença de preços acarreta prejuízos operacionais líquidos para os produtores, tornando-se insustentável a atividade, se medidas corretivas não forem adotadas com urgência.

Para se ter uma idéia das dificuldades que o setor enfrenta, basta lembrar que, no triênio 1980/1982, a remuneração média dos produtores do Nordeste para um saco de açúcar era de Cz\$ 670,77, expressa em valores de setembro corrente. Quando do congelamento geral de preços de fevereiro de 1986, essa remuneração ficou estabelecida em Cz\$ 410,87, também expressa em valores de setembro, o que significa uma perda real de 38,8%, que vigorou até novembro de 1986, quando se iniciou o descongelamento, não sendo o prejuízo coberto pelos reajustes ocorridos em fevereiro, maio e junho deste ano.

Mais um dado para comprovar a defasagem dos preços do setor: em 1982, um saco de açúcar de 30 quilos correspondia a vinte e dois dólares, e atualmente não vai além de dez.

Isso quer dizer que os efeitos positivos, decorrentes da elevação da produtividade alcançada pelo setor, graças a um árduo trabalho, vêm sendo anulados por uma política de preços mais voltada para o controle do processo inflacionário do que para proporcionar uma justa remuneração ao esforço produtivo. Não há outra explicação para a deterioração financeira da agroindústria canavieira nacional.

Há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de se fixar, tanto para o açúcar quanto para o álcool, um mecanismo de correção de preços capaz de acompanhar a evolução dos custos de produção, neles incluídos os dos recursos tomados pelos produtores, a fim de se evitarem problemas de endividamento e assegurar a saúde financeira das empresas.

No caso do álcool, o problema parece apresentar-se como mais fácil: basta que o empréstimo

compulsório seja incorporado ao preço real; assim a margem de remuneração dos produtores estará sendo elevada sem que haja qualquer repercussão nos índices inflacionários. Não foi outro o caminho seguido no caso da indústria automobilística.

Quanto ao açúcar, a atualização dos preços terá pouca repercussão na escala inflacionária, enquanto assegurará a sobrevivência do setor.

Na oportunidade, apelo para os Srs. Ministros da Fazenda, das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio, solicitando seja estudada, com a urgência e a atenção que o assunto merece, a imediata concessão de um reajuste de 66,1% para os dois produtos, a fim de que a atividade não entre em colapso.

TELEX A QUE SE REFERE O ORADOR

"Exmº Sr.
Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira
MD. Ministro da Fazenda

O IAA, com base em levantamento de custos efetuado pela Fundação Getúlio Vargas, propôs ao Ministério da Indústria e do Comércio correção de 70% para o preço do açúcar e álcool, a partir de 1º de setembro.

— Recorde-se, Senhor Ministro, que, no início da safra do Centro-Sul, e final da safra do Nordeste, e a 1º de maio, o governo concedeu reajuste de 85% e a 1º de junho, autorizou mais 20% que cobria parte da inflação de maio.

Agora, em setembro, começo da safra no Nordeste, móidas mais de 80% da safra do Centro-Sul, o Ministério da Fazenda ainda não fixou o percentual de aumento.

Ao conceder em maio, os 85% o Ministério da Fazenda previa que a diferença, em relação aos 107% sugeridos pelo IAA/FGV naquela ocasião, seria desdobrada em três parcelas mensais; só se concretizou a correção de junho.

Destaquesse, por outra parte, que na oportunidade de instituição do Decreto nº 93.605, de 21-11-85, criando comissão interministerial para estudar a recuperação financeira do setor sucroalcooleiro, ficou registrado no relatório daquele grupo o seguinte:

"A abordagem do problema "preços" neste trabalho não poderia ser exaustiva, considerando-se a natureza macroeconômica do assunto e sua consequente extensão intra e intersetorial. Todavia, a Comissão tem muitas indicações para supor seja ele o principal responsável pelos desajustes econômico-financeiros do setor e que, por isso mesmo, mereceria ser examinado em profundidade após a conclusão desta missão que lhe foi confiada."

Ressalte-se, além disto, Senhor Ministro, o conteúdo do Ofício nº 097, de 9-4-87, do IAA dirigido ao MIC, no qual está configurada a situação de debilidade econômico-financeira do setor no Nordeste, sobretudo em face da evasão de recursos da atividade por consequência de preços fixados abaixo das sugestões resultantes dos levantamentos feitos pela FGV.

A propósito, reproduz-se abaixo a tabela nº 1 constante do mencionado ofício:

Setor de produção	Valor em Cr\$ milhões		
	Centro-Sul	Norte/Nordeste	Brasil
Lavoura de cana	21.402,9	14.322,3	35.725,2
Setor industrial	24.759,8	21.386,7	66.146,5
Total	46.162,7	55.709,0	101.871,7

Obs.: Valores de março de 1987.

É oportuno mencionar que tal evasão significou Cr\$ 73,90 por saco de açúcar no Nordeste e de Cr\$ 15,47 por saco no Centro-Sul.

A alternativa que se propõe para alcançar o reajuste com menor impacto inflacionário e a exemplo do que foi feito em relação às manda-doras, é a incorporação do empréstimo compulsório ao preço, o que resolveria igualmente o fluxo de caixa da Petrobrás.

Apoiados na reconhecida sensibilidade de V. Ex^s, somos

Atenciosamente, **Gustavo Costa de Albuquerque Maranhão**, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco

Jarbas Ellas da Rosa Oiticica, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas

Carlos Ribeiro Coutinho, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado da Paraíba

José Waldomiro Ribeiro Coutinho, Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado da Paraíba

Luiz Fernando Pereira de Melo, Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool no Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mello Reis.

O SR. MELLO REIS (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna desta Casa para versar, não obstante o tempo decorrido, assunto relacionado com evento que, estou certo, foi acolhido por todo o povo brasileiro com a melhor simpatia e com especial carinho.

Trata-se, Sr. Presidente, da visita feita a nosso País pelo eminentíssimo Presidente de Portugal, o Sr. Mário Soares, ocorrida durante o mês de março próximo transato. Acompanhado de comitiva composta de cento e dez integrantes, S. Ex^s permaneceu em nosso convívio durante treze dias e teve oportunidade de visitar Brasília, Carajás, São Luis, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi a maior delegação oficial portuguesa que visitou o Brasil, superada apenas, quer em número, quer em relevância, pela comitiva que nos idos de 1808, acompanhando o Príncipe Regente, D. João VI, aportou no Rio de Janeiro e em Salvador.

Não nos propomos, nesta oportunidade, em enfatizar o truismo da boa amizade, dos sentimentos afins e dos laços histórico-sentimentais que nos ligam de maneira inquebrantável a Portugal. Outras vozes mais autorizadas já o fizeram

com rara eloquência em outras oportunidades e em especial quando da visita a que aludimos.

A razão de nossa fala é bem outra: quando em visita a Portugal e especialmente a Queluz, o Presidente José Sarney impressionou-se com a mostra sobre D. Pedro I e interessou-se pela vinda ao Brasil de tão importante e valioso acervo. Pois bem, com a delegação oficial portuguesa veio uma exposição de 500 peças, pesando cinco toneladas, organizada pela diretora do Palácio Nacional de Queluz, Sra. Simoneta Luz Afonso, e retratando todas as fases da vida de D. Pedro I (Pedro IV em Portugal), que, como se sabe, nasceu no Palácio de Queluz, de onde saiu aos nove anos de idade para o Brasil em companhia do pai, D. João VI.

Foi programada a exibição, durante a exposição da mostra, de filmes, com música ambiente, relacionados com os costumes e valores representativos da época. Esperavam os organizadores que fosse dada ampla divulgação e que referida exposição permanecesse por vários dias nas principais cidades brasileiras.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, aconteceu, para deceção dos portugueses e constrangimento nosso, justamente o contrário: não foi dada, quer na imprensa escrita, falada e televisada divulgação; os filmes não foram exibidos; e a mostra permaneceu apenas quinze dias em exposição no Rio de Janeiro (de 3 a 19 de maio). Pessoas de alto nível cultural não conseguiram vê-la, entre as quais aquelas ligadas ao Instituto de Geografia e História Militar, por exemplo.

No último mês de maio as peças recolhidas e embaladas foram de volta para Portugal, sem terem sido mostradas a mais brasileiros, não sómente por maior tempo de exposição no Rio de Janeiro, senão também porque poderiam ter sido expostas em Brasília e outras expressivas cidades do País.

É de se lamentar o episódio, se considerarmos o momento em que aconteceu, as personagens envolvidas e a singular amizade existente entre os dois países, alicerçada em fundamentos históricos e alimentada através dos tempos em salutar e sentimental relacionamento.

Segundo estamos informados, há uma pessoa responsável pelo acontecimento: trata-se do Sr. Paulo Sérgio Duarte, diretor do Paço Imperial, que negligenciou as atribuições.

Concededores que somos dos predicados do Presidente Sarney, estamos certos de que o fato não é de seu conhecimento, pois S. Ex^s, como intelectual que é, possuiu de rara sensibilidade e espírito voltado às artes, não deixaria de tomar as providências requeridas.

Se nosso registro não pode remediar a falha, sirva pelo menos para que o Ministro da Cultura

tome conhecimento do que ocorre na esfera de sua Pasta, com reflexos negativos para a boa imagem do País no exterior.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adylson Motta, para uma questão de ordem.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a Casa Civil da Presidência da República precisa ser mais cuidadosa e prestar melhor colaboração ao Presidente José Sarney.

O Ministro Ronaldo Costa Couto, ao que parece, embora sendo um excelente economista, não é muito afeto às coisas da lei, certamente por não ser advogado. Deveria S. Ex^s ler com atenção o § 1º do art. 55 da Constituição Federal, que está assim redigido:

“Art. 55.
§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o decreto-lei será submetido pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 51.”

No Diário Oficial de hoje estão publicados os Decretos-Leis nºs 2.359 e 2.360. Ocorre, entretanto, Srs. Congressistas, que a Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal somente recebeu até o Decreto-Lei nº 2.334, faltando, portanto, o encaminhamento ao Congresso de 26 decretos-leis. Pergunta-se: por que o Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, publicado no dia 13 de junho (há mais de sessenta dias), até hoje não foi remetido ao Congresso Nacional?

Deixo essa questão para ser resolvida pela Mesa. Pergunto a V. Ex^s se não existe um tipo de providência, por parte da Mesa, para fazer com que o Executivo cumpra com suas obrigações e remeta para cá os decretos que já foram assinados e publicados, principalmente em se tratando. Sr. Presidente, de um Governo que assumiu compromisso de não mais utilizar o decreto-lei e, mais do que isso, um Governo que agora, no desespero, propõe-se a defender um regime presidencialista com um Congresso fortalecido. Se essa é a forma de fortalecer o Congresso, temo pela sorte dos parlamentares.

Não mais podemos aceitar esse tipo de desconsideração. Já se passaram dois meses, e não foram remetidos para cá, por exemplo, os decretos-leis que disciplinam o Plano de Estabilização Econômica, o Plano Bresser, sabidamente decretos que mexeram com a estrutura econômica e financeira deste País, que têm importância muito grande e que, pelo menos dentro da transparência prometida pelo Governo, deveriam ser postos em discussão pública, através dos representantes populares aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— A Mesa vai estudar o problema, tomará as providências e, oportunamente, comunicará a V. Ex^s as providências tomadas.

O SR. ADYLSON MOTTA — Sr. Presidente, apenas peço que acompanhe a minha manifestação, a relação dos decretos não remetidos para cá, com as datas da edição, da publicação e a página do **Diário Oficial**.

ANEXO AO DISCURSO DO DEPUTADO ADYLSON MOTTA

DECRETOS-LEIS EXPEDIDOS E NÃO ENVIADOS AO CONGRESSO NACIONAL

Decreto-lei nº	Data edição	Data publicação	Pg. D.O.I.
2.335	12-06-87	13-06-87	9214
2.336	15-06-87	16-06-87	9269
2.337	18-06-87	19-06-87	9557
2.338	19-06-87	22-06-87	9613
2.339	26-06-87	29-06-87	10061
2.340	26-06-87	29-06-87	10061
2.341	29-06-87	30-06-87	10141
2.342	10-07-87	13-07-87	10973
2.343	10-07-87	13-07-87	10974
2.344	23-07-87	24-07-87	11765
2.345	23-07-87	24-07-87	11765
2.346	23-07-87	24-07-87	11766
2.347	23-07-87	24-07-87	11767
2.348	24-07-87	27-07-87	11845
2.349	29-07-87	30-07-87	12037
2.350	31-07-87	03-08-87	12189
2.351	07-08-87	10-08-87	12581
2.352	07-08-87	10-08-87	12582
2.353	11-08-87	12-08-87	12725
2.354	24-08-87	25-08-87	13478
2.355	27-08-87	27-08-87	13845
2.356	28-08-87	31-08-87	13942
2.357	28-08-87	31-08-87	13942
2.358	04-09-87	08-09-87	14472
2.359	16-09-87	17-09-87	15077
2.360	16-09-87	17-09-87	15077

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Como Líder, tem a palavra V. Ex*

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, é muito clara e precisa ao caracterizá-la como livre e soberana. Por conseguinte, o caráter livre da Assembléia Nacional Constituinte não é um discurso de retórica, ou não deveria sê-lo, mas sim, um preceito garantido pela Constituição vigente no País.

Sr. Presidente, digo isso porque ficamos perplexos, cada vez mais assombrados com o caráter desavergonhado com que o Poder Executivo intervém na Assembléia Nacional Constituinte. Não sabemos direito onde está sendo elaborada a dita Constituição, que, supostamente, nós, Constituintes, deveríamos fazer. O Presidente da República, Sr. José Sarney, toma atitudes reiteradamente a nós afrontosas, colidindo abertamente com a liberdade que deveria ter esta Constituinte.

Constituinte livre é uma Constituinte livre de pressões, de ameaças, de chantagens, de corrupção. E, precisamente, esta Constituinte não está sendo livre das pressões, das chantagens, das ameaças e da corrupção que vêm patrocinadas pelo Presidente da República, Sr. José Sarney.

Sr. Presidente, estamos nos acostumando e, de certa forma, até nos acomodando, com essa situação anormal, ilegal e anticonstitucional de

tação, a relação dos decretos não remetidos para cá, com as datas da edição, da publicação e a página do **Diário Oficial**.

dependentes das verbas que lhes são dadas, ou não, pelo Presidente da República, ficaram, e esfão esse tempo todo, salvo pouquíssimas e honrosas exceções — que não me ocorrem no momento — absolutamente submissos a esse Presidente da República, que ocupa, por acaso, esse cargo.

Há três dias, o Governador Waldir Pires, do meu Estado, Bahia, que deixava em grande expectativa os progressistas do Brasil, porque tem tradição de serviço à causa democrática e patriótica — com cuja atuação, no entanto, estamos insatisfeitos, pois esperávamos que S. Ex* tivesse uma atitude mais alta e mais ofensiva, face à arrogante iniciativa do Governo Sarney de submeter a Assembléia Nacional Constituinte ao Planalto e não ficasse omissa — disse as seguintes palavras que, como brasileiro e baiano, registro nesta Casa:

“Na Bahia, o meu Governo cumprirá todas as metas que assumiu perante o povo, apesar da falta de ajuda do Governo Federal.”

E acrescentou:

“A Bahia não barganha a sua dignidade.”

Sr. Presidente, conheço Waldir Pires; ele não diria isso se não tivesse alguém tentando barganhar com a dignidade da Bahia. Quem está tentando fazer isso? Ele não o disse por motivo ético, mas eu o digo: é o Presidente Sarney que está barganhandando com a dignidade de todos os Governadores, sendo vitorioso na maioria das vezes. Mas não conseguiu ser vitorioso com o Governador Waldir Pires, da Bahia.

Sr. Presidente, era este o energético protesto, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil, que queria fazer neste momento. (Palmas.)

ter um Presidente da República que, a todo instante, delibera e anuncia à Nação que ele não concorda com tal ou qual ponto, que os Constituintes, em sua liberdade e soberania, deveriam estar discutindo. As manchetes dos mais importantes órgãos de imprensa do País anunciam, todos os dias, frases como as seguintes: “Sarney diz: não aceito tal regime”; “Sarney fecha posição: o parlamentarismo não é aceitável”.

Ora, Sr. Presidente, inaceitável é atitude de um Presidente da República que, nessa medida, perde a legalidade e a compostura que um governante deveria ter, mantendo-se afastado de outro poder, que não é subalterno a ele ou não deveria sê-lo.

Lamentamos que o poder da Assembléia Nacional Constituinte não tenha tido até agora, através dos seus dirigentes máximos, uma atitude de altivez para dizer ao Sr. José Sarney: chega, Sarney!

Pensamos que também o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte está sendo omisso, o que é grave pois estamos vendo esta Assembléia, que S. Ex* deveria presidir de forma livre e soberana, ser achincalhada pelos desmandos e pela atitude arrogante do Sr. José Sarney.

Queremos registrar, no instante em que lamentamos profundamente essa situação que, entretanto, algumas vozes começam a se levantar — aliás eu não diria levantar, porque, na verdade, são vozes que começam a sussurrar — no sentido da dignidade.

Gostaríamos também de registrar que os Governadores atuais dos Estados do Brasil, todos

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brandão Monteiro, como Líder.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, em nome da Liderança do PDT, quero chamar a atenção do Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, dos Srs. Congressistas e de todos os partidos políticos desta Casa. Lamentamos profundamente o caos em que se encontra esta Casa, não só a Câmara dos Deputados como o Congresso Nacional e a Assembléia Nacional Constituinte. Na verdade, os fatos sociais estão ocorrendo dia-a-dia e estamos absolutamente imobilizados. Os problemas sociais e econômicos avançam, há dificuldade, há crise econômica e a Assembléia Nacional Constituinte, o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados, todas essas instituições não estão vivendo esses problemas. Na verdade, hoje os Constituintes têm apenas a tarefa de assinar destaques, um para o outro. Nada mais se faz aqui.

Quero chamar a atenção para um fato social. Não sou Deputado por Brasília, mas há cerca de quinze dias duzentas pessoas de cinquenta famílias foram despejadas de um local em Brasília. Cem crianças, estão debaixo da passarela do Congresso Nacional, ameaçadas de serem retiradas à força pela Política ou pela segurança. Legislativo.

Enquanto isso, em sinal de protesto, o Governador José Aparecido já foi incitado a resolver

esta questão. Além da remoção dessas famílias, de crianças que poderiam ser nossos filhos, que estão agora ao sereno debaixo da passarela do Congresso, o Sr. Governador, ao promover a remoção, mandou tocar fogo nos barraços onde elas viviam, sem encontrar solução para centenas de pessoas, sobretudo crianças.

No Salão Verde do Congresso Nacional, um funcionário desta Casa, membro da Comissão de Justiça e Paz, melhor dizer do conhecimento de todos nós, em sinal de protesto contra tantas violências, está há três dias sentado, fazendo greve de fome. Não vejo a sensibilidade dos partidos políticos, dos que falam em Cristo na hora dos seus interesses, do Presidente Ulysses Guimarães nem do Senador Humberto Lucena, que como autoridades que são neste País, devem pedir providências a este Governador arbitrário e que não tem um mínimo de humanidade.

Hoje, o Deputado Roberto D'Ávila o procurou, como Deputado e amigo, para encontrar uma solução para estas crianças, que podem morrer. Espero que elas não morram quando as autoridades também autoritárias desta Casa mandarem a segurança retirá-las com violência.

Quero marcar aqui o meu protesto e solicitar a V. Ex^e, que preside a sessão do Congresso Nacional, que faça gestões junto ao Senador Humberto Lucena, que é o responsável pelo Congresso Nacional, para que procure as autoridades do Executivo do Distrito Federal, a fim de resolver o grave problema destas crianças.

Quero trazer a minha solidariedade a Deodato Rivera, funcionário desta Casa, que está em greve de fome em sinal de protesto e se dispõe a ir às últimas consequências se neste País não houver sensibilidade para com as crianças, os famintos, os maltrapilhos e os esfarrapados que existem aqui em Brasília e em todos os País

As palavras de Crito, segundo o qual "é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que os ricos se salvarem", eu acrescentaria: É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que os ricos, os autoritários e as autoridades sem coração se salvarem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — As preocupações de V. Ex^e que, de resto, também são as deste Senador, que ocasionalmente preside a sessão do Congresso Nacional nesta noite, serão levadas ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ao Sr. Presidente do Senado Federal e ao Governador José Aparecido.

O Sr. José Mendonça de Moraes — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pela Constituição, todos são iguais perante a lei. O mesmo ocorre em relação ao direito à vida.

Solidarizo-me com o Deputado Brandão Monteiro pela colocação que fez e também solicito a V. Ex^e, em respeito à Constituição, que realmenteze por essas pessoas que estão sem abrigo.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, cumprindo o que determina o § 2º do art. 29 do Regimento,

requeiro a V. Ex^e o encerramento da sessão, devido à falta de **quorum** para o seu prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)

— V. Ex^e tem razão. Em virtude da inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão, esta deve ser encerrada. Antes, porém, nos termos do art. 55 da Constituição Federal, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18:30, neste plenário, destinada à apreciação, em regime de urgência, das Mensagens nºs 16 a 20, de 1987, referentes a decretos-leis.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 43 minutos.)

ATA DA 32ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 4-9-87 (Publicada no DCM de 5-9-87)

RETIFICAÇÃO

Na numeração da Mensagem nº 165, de 1987-CN, na página nº 553, 2^a coluna,

Onde se lê:

MENSAGEM N° 165, DE 1987-CN

Leia-se:

**MENSAGEM N° 165, DE 1987-CN
(nº 225/87, na origem)**

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

INSTRUÇÕES *

A Presidência da Comissão Mista de Orçamento, no uso de suas atribuições regimentais e normativas, resolve determinar e divulgar as seguintes instruções a serem observadas no processamento de seus trabalhos administrativos e técnicos, especialmente no que diz respeito à apresentação de Emendas e Boletins de Subvenções Sociais, relativos à tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1988:

1º A dotação global para Subvenções Sociais estabelecida no projeto é de Cz\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de cruzados), que, dividida pelo total de congressistas (559), resulta na cota de Cz\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados) para cada um, obedecido o disposto no item 5º destas instruções.

2º O saldo verificado será rateado pelas entidades do âmbito do Congresso Nacional, registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, da seguinte forma:

	Cz\$
— Clube do Congresso	500.000,00
— Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados	250.000,00
— Associação dos Servidores do Senado Federal	250.000,00
Total	1.000.000,00

3º O quantitativo mínimo das subvenções sociais por entidade é de Cz\$ 7.000,00 (sete mil cruzados).

4º Fica determinada a data de 30 (trinta) de setembro do corrente ano, impreterivelmente, como término do prazo para entrega de **boletins de subvenções sociais** e apresentação de **emendas**.

5º As entidades a serem subvençadas devem estar registradas no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), ou averbadas, no caso das mantidas, exceto as do Poder Público, os sindicatos portadores de Carta Sindical expedida pelo Ministério do Trabalho, as entidades da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, as Associações de Pais e Mestres e as Caixas Escolares de Escolas Públicas Municipais, Estaduais ou Federais (art. 11 das Normas).

6º Quando a entidade a ser subvençada for mantida por outra deverá constar no boletim de subvenções apenas a entidade mantida, obedecido o disposto no art. 11 das Normas.

7º Local de entrega, pelos Srs. parlamentares, de emendas e boletins de subvenções:

Srs. Deputados: Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Anexo III);

Srs. Senadores: Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal (Anexo II, Bloco A, tório).

8º Os boletins de subvenções deverão ser preenchidos com a máxima atenção e respeitados os prazos, tendo em vista o processamento das subvenções pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — Prodases;

9º Na apresentação de emendas deverá estar rigorosamente observado o disciplinado nas Normas, especialmente o disposto em seus artigos 7º, 8º e 9º.

10. As emendas e os boletins de subvenções, estes quando se tratar de Deputados, deverão ser datilografados, obrigatoriamente, e assinados em todas as vias.

11. Os boletins de subvenções dos Senhores Senadores serão emitidos em 3 (três) vias pelos terminais do Prodases de cada gabinete, e devem ser assinados em todas as vias.

12. A Assessoria da Comissão providenciará a classificação e a numeração das emendas admitidas (arts. 5º e 8º das Normas) na forma estabelecidas nas Normas.

13. O Presidente da Comissão designou:

a) José Carlos Alves dos Santos, Diretor da Subsecretaria de Orçamento do Senado Federal, para Assessor Geral;

b) Luiz Vasconcelos, Chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, para Coordenador da Comissão na Câmara dos Deputados;

c) Francisco Guilherme T. Ribeiro e Sérgio Augusto Gouveia Zaranella, funcionários da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal, para Assistentes da Comissão;

d) Dirceu Vieira Machado Filho e Maria Eugênia Vitorino, funcionários da Subsecretaria de Comissões do Senado Federal, para Auxiliares da Comissão.

Brasília, 3 de setembro de 1987. — Deputado **João Alves**, Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento, no exercício da Presidência.

* Republicado por haver saído com incorreções

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 99, de 1987, que "altera dispositivo da Constituição Federal".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1987

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores: Mendes Canale, Cid Sabóia de Carvalho, José Richa, Nabor Júnior e os Senhores Deputados: Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Irajá Rodrigues, Max Rosenmann, Ronaldo Cezar Coelho, Evaldo Gonçalves, Waldeck Ornelas, Adylson Motta e Adhemar de Barros Filho, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 99, de 1987, que "altera dispositivo da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Leopoldo Peres, Leite Chaves, Mansueto de Lavor, Ivan Bonato, Divaldo Suruagy, Carlos Alberto e os Senhores Deputados: José Serra e Jesualdo Cavalcanti.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Mauro Borges, que declará instalada a Comissão.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica haver recebido Ofício da Liderança do Partido da Frente Liberal - PFL, no Senado Federal, indicando os Senhores Senadores Ivan Bonato e Divaldo Suruagy para integrarem a Comissão, em substituição aos Senhores Senadores João Lobo e Edison Lobão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Adhemar de Barros Filho para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ivan Bonato 14 votos

Para Vice-Presidente:

Senador José Richa 13 votos

Em branco 01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Ivan Bonato e José Richa.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador José Richa agradece, em nome do Senhor Senador Ivan Bonato e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Irajá Rodrigues para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SECÃO 1 (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	2,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$	264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$	66,00
(Via Terrestre)		
TOTAL		330,00
Exemplar Avulso		2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PS - CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 94

Está circulando o nº 94 (abril/junho de 1987) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 368 páginas, contém as seguintes matérias:

A Constituição do Império — Paulo Bonavides
A Constituição de 1934 — Josaphat Marinho
A transição constitucional brasileira e o Anteprojecto da Comissão Afonso Arinos — Jorge Miranda
Mudança social e mudança legal: os limites do Congresso Constituinte de 87 — José Reinaldo de Lima Lopes
A Constituição em questão — Eduardo Silva Costa
O bicentenário da Constituição americana — Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza
Constituinte e a segurança pública — José Alfredo de Oliveira Baracho
Relações exteriores e Constituição — Paulo Roberto de Almeida
Os novos Estados como novos atores nas relações internacionais — Sérgio França Danese
O Ministério Público Federal e a representação judicial da União Federal — Edylcéa Tavares Nogueira de Paula
Constituinte e meio ambiente — Paulo Affonso Leme Machado

Interesses difusos: a ação civil pública e a Constituição — Alvaro Luiz Valery Mirra
Suspensão da executividade das leis — Carlos Roberto Pellegrino
Natureza das decisões do Tribunal de Contas — J. Cretella Júnior
Apontamentos sobre imunidades tributárias à luz da jurisprudência do STF — Parte 2: A imunidade tributária dos partidos políticos e das instituições de educação — Ruy Carlos de Barros Monteiro
Dias feriados — Sebastião Baptista Affonso
Do voto distrital — Paulo Gadelha
A liberdade de culto no pleito de 15-11-86 — Jessé Torres Pereira Júnior
Derecho penal y derecho sancionador en el ordenamiento jurídico español — Miguel Polaino Navarrete
Asistencia religiosa. Derechos religiosos de sancionados a penas privativas de libertad — Antonio Beristain
Integração do preso (condenado) no convívio social — o modelo da APAC de São José dos Campos — Armida Bergamini Miotto

A venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas
(Telefone: 211-3578)
Senado Federal, anexo I
— 22º andar
Praça dos Três Poderes
70160 - Brasília - DF

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 40,00

Assinatura
para 1987:
Cz\$ 160,00
(números 93 a 96)

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência da ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 2,00